

Fábio Sérgio Viegas Castro



O cotidiano das famílias na

*Vila de
Santa Maria
de Itatu*

no século VXIII



 **Atena**
Editora
Ano 2022

Fábio Sérgio Viegas Castro



O cotidiano das famílias na

*Vila de
Santa Maria
de Itatu*

no século XVIII



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



O cotidiano das famílias na Vila de Santa Maria do Icatu no século VXIII

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: O autor
Autor: Fábio Sérgio Viégas Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C355 Castro, Fábio Sérgio Viégas
O cotidiano das famílias na Vila de Santa Maria do Icatu no século VXIII / Fábio Sérgio Viégas Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0364-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.647222806>

1. Famílias - Brasil. 2. Testamentos. I. Castro, Fábio Sérgio Viégas. II. Título.

CDD 981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



“...O erudito que não tenha o gosto de olhar à volta de si mesmo, nem para os homens, nem para as coisas, nem para os acontecimentos, merece talvez, como dizia Pirenne, que lhe chamem um prestimoso antiquário. Mas deveria ter o bom senso de renunciar ao nome de historiador.”

March Bloch

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e forças para que eu chegasse à conclusão deste trabalho em um momento tão difícil para a humanidade.

À minha querida vó, Mundica Castro (*in memoriam*), cuja existência foi essencial na minha vida, acolhendo-me com amor e mansidão, mesmo nos momentos em que eu era um jovem inquieto e aprontava travessuras pelas paragens de Icatu, durante minhas férias escolares.

Ao Carlindo Gomes Filho, meu amigo Nenê, que dedicadamente viabilizou nossa visita ao povoado Jaúma, hoje pertencente ao município de Axixá, e pacientemente me ouviu falar sobre este trabalho e o enriqueceu com sua vivência.

À professora Antônia da Silva Mota, que com sua competência e dedicada atenção me auxiliou sobremaneira na condução do presente trabalho.

Aos demais professores, que ao longo do curso conquistaram a minha admiração e respeito.

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	3
DO FORTE À VILA: DA RESISTÊNCIA PORTUGUESA À INVASÃO FRANCESA NA FORMAÇÃO DE UMA CIDADE	10
PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA VILA DE ICATU NO SÉCULO XVIII	13
A VIDA NA VILA DE ICATU NO PERÍODO COLONIAL - SÉCULO XVIII	18
As famílias	18
Perfil da população	21
A religiosidade	28
Fé católica	28
Batismo.....	29
Recomendações observadas nos testamentos	29
Rituais e locais de sepultamentos observados nos registros de óbitos.....	31
Controle da Igreja Católica	35
Ritos de origem africana	36
Atividades econômicas e comerciais.....	37
Criação e comercialização de animais	37
Atividades agrícolas	38
Caça e pesca artesanais.....	39
Outros produtos	40
Atividades financistas	40
Transações comerciais envolvendo escravos	40
Transportes	41
Espaços de sociabilidade e moradias	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXO A	51

APÊNDICE A	52
SOBRE O AUTOR.....	53

RESUMO

Este trabalho visita a vila de Santa Maria do Icatu, no século XVIII, utilizando como fonte das pesquisas documentos avulsos, testamentos, inventários, registros paroquiais, dentre outros, a fim de compreender como era constituído o seu povo, a formação das famílias, os padrões morais e religiosos impostos pela Igreja Católica, fortemente presente desde o início da ocupação, as atividades econômicas que movimentavam aquela sociedade, além de outros aspectos que possibilitem reconstruir, pelo menos em parte, a vida social, econômica e religiosa da população que viveu naquela época, bem como as heranças cultural e material deixadas e que chegaram até aos seus atuais habitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Icatu. Famílias. Munim. Testamentos. João Valeriano Cortes Maciel.

ABSTRACT

This work visits the village of Santa Maria do Icatu in the 18th century, using separate resources, wills, inventories, parish records, among others, in order to understand how its people were constituted, the formation of families, the patterns moral and religious imposed by the Catholic Church, strongly presente since the beginning of the occupation, the economic activities that moved that society, in addition to other aspects that allow us to reconstruct, at least in part, the entire social, economic and religious life of the population that lived at that time, as well as its cultural and material legacies left and that reached its current inhabitants.

KEYWORDS: Icatu. Families. Munim. Wills. João Valeriano Cortes Maciel.

INTRODUÇÃO

Ao historiador cabe a incessante busca pela compreensão do processo histórico de formação e dinâmicas das sociedades, por meio da investigação e análise da cultura e símbolos configurados em memórias deixadas por sujeitos constituintes quanto às formas e relações de trabalho, moradia, vestimenta, de alimentação, diversão; bem como as formas de organizarem e vivenciarem suas experiências quanto às relações sociais de parentesco, do sagrado, de poder e político-institucionais.

Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986), a palavra cotidiano vem do latim *quotidianu*, significando 1. De todos os dias; diário: a vida cotidiana. 2. Que se faz ou sucede todos os dias, diário: labor cotidiano; complicações cotidianas. 3. Que aparece todos os dias; diário: jornal cotidiano. 4. Que sucede ou se pratica habitualmente: Machado de Assis faz parte de suas leituras cotidianas.

A professora Sheila de Castro Faria, ao estudar “A Colônia em Movimento”, ensina-nos que o “cotidiano é palavra que existe desde o século XIII, com significado semelhante: diz-se de, ou aquilo que é diário, que sucede ou se pratica habitualmente” (FARIA, 1998, [n.p.]). Portanto, ao tentarmos buscar registros e elementos que nos façam compreender o cotidiano da vila de Santa Maria do Icatu, no século XVIII, estamos justamente analisando aquela sociedade quanto às formas de produção econômica, a formação de suas famílias, os ritos religiosos praticados em uma sociedade predominantemente católica, mas que não se pode desprezar as outras manifestações religiosas oriundas dos negros, que também se fizeram presentes à época, trazidas pelos escravos que trabalhavam nas lavouras da região, os tipo de moradas etc.

Ao mesmo tempo que se estuda a cultura material e imaterial deixada por um povo, um outro desafio a ser enfrentado a fim de se fechar todo um ciclo de conhecimento do cotidiano de determinada época e lugar, é quanto à construção da genealogia das famílias, como recurso que permite conhecer as relações de parentescos entre as pessoas que deram início a um grupo familiar dentro de uma determinada localidade, bem como a sua evolução no contexto social, apresentada ao longo do período possível de ser estudado. Dessa forma, o interesse em estudar o cotidiano de famílias da vila de Santa Maria do Icatu no século XVIII partiu da necessidade de conhecer o tronco da Família Castro, que se instalou naquela localidade, visando responder a alguns questionamentos que acompanham este pesquisador ao longo da vida:

- De onde teriam vindo esses ascendentes?
- Quais as motivações que os levaram a se instalar em Icatu?
- De que forma contribuíram para o desenvolvimento político-social da cidade?
- Havia uma atividade econômica que prevalecia dentro da família Castro e que, por alguma razão, foi deixada de lado à medida que a cidade foi evoluindo?

- Há personagens de destaque na família Castro, no contexto político, econômico e social, desde a sua colonização até os dias atuais na cidade de Icatu?

À medida que a pesquisa foi evoluindo, percebeu-se que essas questões são comuns a todas as famílias que se instalaram em uma determinada localidade. Assim sendo, a proposta inicial de focar apenas numa família, expandiu-se para tentar compreender aspectos do cotidiano da sociedade icatuense do século XVIII.

Determinado o espaço físico da pesquisa, Icatu, e por essa ter sido uma localidade que iniciou logo nos primórdios do século XVII, após a fundação de São Luís e Alcântara, definiu-se o século XVIII como o período a ser estudado. Tal escolha tem como sua principal razão o fato de ser a época em que efetivamente começa um processo sistemático de povoamento no Maranhão, impulsionado pelas reformas pombalinas, propiciando a chegada de colonos e a distribuição de terras, conforme registra Antônia da Silva Mota, ao estudar “As famílias principais - redes de poder no Maranhão Colonial”.

A Capitania do Maranhão foi efetivamente ocupada a partir da segunda metade dos setecentos, os colonos recém-chegados com certeza eram mais receptivos aos direcionamentos do ministério pombalino, pois, conforme se verificou, a maioria dos médios e grandes fazendeiros acabou por fixar residência na capital, seguindo as determinações do ultramar. (MOTA, 2012, p. 92).

Utilizar-se-ão, para o desenvolvimento do presente trabalho, os seguintes documentos para pesquisa: manuscritos avulsos, registros paroquiais, testamentos, inventários, bem como fotografias da cidade e imagens obtidas a partir dos acervos de Arquivo Público do Tribunal de Justiça do Maranhão, Arquivo Público do Estado do Maranhão e acesso a sítios de órgão oficiais, bem como na utilização do referencial bibliográfico.

Destaca-se a utilização de testamentos como um importante recurso que se dispõe a fim de compreender a origem dos colonizadores de determinada região, a vida social das famílias, suas relações de parentescos, a sua religiosidade (sempre presente no início de todo testamento, quando o testado, por meio dos dogmas da Igreja Católica, deixava recomendações de sua alma), suas posses materiais deixadas aos seus herdeiros, as atividades que utilizavam para movimentar a economia da época, dentre outros itens que possam nos dar uma ideia de como viviam aquelas pessoas e a herança cultural deixada por elas aos nossos dias. Importante ressaltar que esse tipo de documento foi uma prática inserida na América portuguesa.

Os testamentos analisados no presente trabalho foram os seguintes: o de Gaspar dos Reys; de Francisco Tavares Coelho; de Manoel Rodrigues Janella; de José Ferreyra da Cunha; o do capitão-mor Francisco Pereira; e o de Izabel de Castilho, esposa de Manoel Rodrigues Janella. Todas essas pessoas moravam ou mantinham negócios na vila de Santa Maria do Icatu, ou região do Munim. Todos os testamentos analisados são datados

em torno da segunda metade do século XVIII, conforme pode ser visto no Quadro 1, abaixo, que resume o conteúdo desses testamentos.

Nome	Data do testamento	Origem	Morador
Gaspar dos Reys	16/09/1744	Rio São Francisco. e batizado na Igreja de Cabrobô	Fazenda Mangabeyra, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição.
Francisco Tavares Coelho	06/02/1759	Vila o Concelho de Santa Maria de Seutar, Bispado de Vizeu, Comarca Euqueyra.	Fazenda de São João, freguesia de Nossa Senhora da Conceição da vila de Icatu, comarca da cidade de São Luís.
Manoel Rodrigues Janella	10/07/1764	Ilha da Madeira.	Sítio as [corr] distrito da vila de Santa Maria do Icatu.
Capitão-mor Joze Ferreyra da Cunha	28/08/1766	Freguesia de S. Tirso de Prozins, termo da vila de Guimarães, arcebispado de Braga.	Ribeyra do Monim.
Francisco Pereira	08/11/1766	Lisboa, Portugal.	Sítio Barra Santa Maria do Mony, vila de Santa Maria do Icatu.
Izabel de Castilho (Esposa de Manoel Rodrigues Janella)	22/03/1771	São Luís do Maranhão.	Sítio as [corr] distrito da vila de Santa Maria do Icatu.

Quadro 1 - Testamentos utilizados no presente trabalho

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos testamentos seleccionados do livro “Cripto maranhenses e seu legado” para o presente estudo (2020).

Portanto, a análise de inventários e testamentos auxilia na compreensão do modo de vida das famílias de determinada sociedade, sendo esses importantes documentos de reconstrução historiográfica de uma época, como observa Matthias Röhrig Assunção em sua obra “De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850”, na qual reafirma a importância dessa documentação: “a família constitui, cada vez mais, o foco principal de outra linha historiográfica, que busca reconstituir, a partir de inventários e testamentos, uma imagem mais densa e objetiva que as impressões dos viajantes”. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 50).

Por outro lado, não se pode ignorar que ao se analisar esse tipo de documentação, restringimo-nos a examinar somente parte da população, visto que inventariar e testar eram práticas resultantes das pessoas que podiam, minimamente, acumular bens, uma vez que, para a grande maioria da população, a ausência dessas posses materiais não justificava elaborar inventários e testamentos. Dessa forma, a pesquisa centrou-se em proprietários de terras, donos de escravos, entre outras posses materiais, que se encaixam no conceito de famílias senhoriais.

Feitas essas considerações, o trabalho inicia com um breve histórico da fundação do Forte de Santa Maria, cuja construção decorre da expulsão dos franceses que estavam por aquelas terras, até a atual cidade de Icatu. Nesse enredo, seguimos compreendendo o processo de ocupação, os arranjos familiares dentro do contexto moral, religioso e econômico, este era voltado para atividades criatórias e agrícolas, utilizando a mão de obra escrava.

Por meio da análise dessa documentação (manuscritos avulsos, testamentos e inventários), busca-se verificar a origem desses colonizadores, compreender a formação das famílias na época, o papel desempenhado pela mulher e homem no seio familiar, os tipos de casamento, as religiosidades, as atividades que essas famílias utilizavam para movimentar a economia, manutenção da riqueza familiar, dentre outros aspectos que possam nos dar uma ideia de como viviam aquelas pessoas, e da herança cultural deixada por elas aos nossos dias.

Utilizamos um “Mapa dos Habitantes que Existem na Parochia de Santa Maria do Icatu” no ano de 1798, como base para traçar um perfil da população daquela vila. O absenteísmo observado entre os fazendeiros da província do Maranhão colonial é uma prática destes senhores que vivem na vila de Icatu, justificado por Matthias Röhrig Assunção (2018, p. 63): “Devido à proximidade da capital, muitos fazendeiros das vilas de Rosário e do Icatu preferiam passar grande parte do ano em São Luís com as suas famílias e essas vilas só se reanimavam por ocasião das feiras e das festas patronais.”

Alguns questionamentos foram postos aqui mesmo na introdução deste trabalho, cujas respostas ajudarão o autor a conhecer e compreender suas raízes familiares, os fatores que motivaram a instalação e a participação dessas pessoas dentro do contexto social de Icatu desde o século XVIII até os dias atuais. Evidentemente que nem todas as perguntas terão respostas, mas pistas poderão contribuir para a construção de uma narrativa que se aproxime de uma realidade satisfatória.

O despertar dessa busca iniciou no ano de 2013, quando o autor percebe certa relutância da matriarca da família, Raimunda Pereira de Castro, D. Mundica, como era afetosamente chamada por todos na cidade, para tratar de determinado assunto, carregado de apelo moral e religioso, como o fato de ser neta do padre João Valeriano Cortês Maciel, constando sua colação no dia 28 de agosto de 1869 e exercendo a atividade sacerdotal na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Icatu.

D. Mundica nasceu em 23 de março de 1922 e partiu deste mundo na tarde de 30 de outubro de 2019. Costureira conhecida e muito presente nas atividades daquela paróquia, sendo reconhecida pelo acolhimento a religiosos que visitavam a cidade, ou mesmo àqueles que vinham se estabelecer para lá exercerem as suas atividades religiosas. Dentre os visitantes mais ilustres que se sentaram à sua mesa de jantar, citamos o Arcebispo Emérito da Arquidiocese de São Luís, Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte, no início da

primeira década dos anos 1990.

Em março de 2016, D. Mundica, em uma conversa gravada por este pesquisador, seu neto, conta, entre muitas histórias que sua memória lhe permitiu captar, que de fato era neta do referido padre. A partir daí, uma história familiar se descortina, e a busca por essa figura tão importante para a época nos leva à descoberta de espaços e lugares até então desconhecidos pela família, a citar José Benvindo Castro, filho de D. Mundica e pai do autor.

Buscas em documentos da Câmara Episcopal do Maranhão revelam que em março de 1861 foi feita uma petição de ordenamento, na qual constava que “João Valeriano Maciel, filho legítimo de João José Cortês Maciel e Dona Maria Raimunda Soares, desejando ardentemente ascender ao estado sacerdotal, para o qual tem vocações”, e finaliza solicitando: “V^a. Ex^a. Rm^a senhor Bispo Diocesano se digne conceder o que requer o suplicante, mandando-o matricular”. (CÂMARA EPISCOPAL DO MARANHÃO, 1861, [n. p.]).

Já em 1864, consta nos Autos do Patrimônio da mesma Câmara que:

João Valeriano Cortes Maciel, clérigo *in minoribus*, filho legítimo de João José Cortes Maciel e Maria Raimunda Soares, já falecida, natural desta província do Maranhão, achando-se habilitado de *genere*, deseja a fim de poder ordenar-se, constituir seu patrimônio em uma posse de terras na data do Munim-mirim, lugar denominado Jaúma, da qual seu pai lhe fez doação para seu patrimônio no valor de 640 mil réis como se vê da escritura junta, pelo que vem respeitosamente pedir a Va. Exa. Rma se digne a aceitá-la e mandar proceder na forma do estilo até final sentença. (CÂMARA EPISCOPAL DO MARANHÃO, 1864, [n. p.], grifos do autor).

Saindo de Icatu e subindo o rio Munim por cerca de 30 minutos, embarcado em uma biana motorizada, desvia-se para um braço desse rio, na localidade em que se avista a Igreja Nossa Senhora da Luz. Mais à frente, encontra-se, ainda com o mesmo nome, o Povoado de Jaúma, hoje pertencente ao município de Axixá. Já em solo, percorrem-se trilhas entre sua vasta vegetação, deparando-se com sítios, casas de farinha e muitas árvores frutíferas do tipo manga, pequi, tangerina, laranja, buriti, mangaba. Mais à frente, por entre as matas, verificam-se ruínas de pedras e vestígios de moradas referentes a tempos anteriores.

Retornando ao inquietante personagem familiar, o padre João Valeriano, esse teve relações conjugais com algumas mulheres, dentre elas, a última foi com Alexandrina de Jesus Pereira, mulher trabalhadora, que possuía duas atividades econômicas com as quais ajudava no sustento da família, sendo uma de “boleira”, preparando e assando bolos, em forno a lenha, para vender na cidade; e a outra de “costureira”, fazendo roupas sob encomenda, inclusive para o seminário, e foi justamente essa atividade que a aproximou do padre. Dessa relação nasceram quatro filhos, dentre eles, uma que nasceu no dia 27

de março de 1889, chamada de Maria Matutina Pereira de Castro, D. Cota, como era carinhosamente conhecida, em cujo registro de nascimento consta o nome do padre como seu pai.

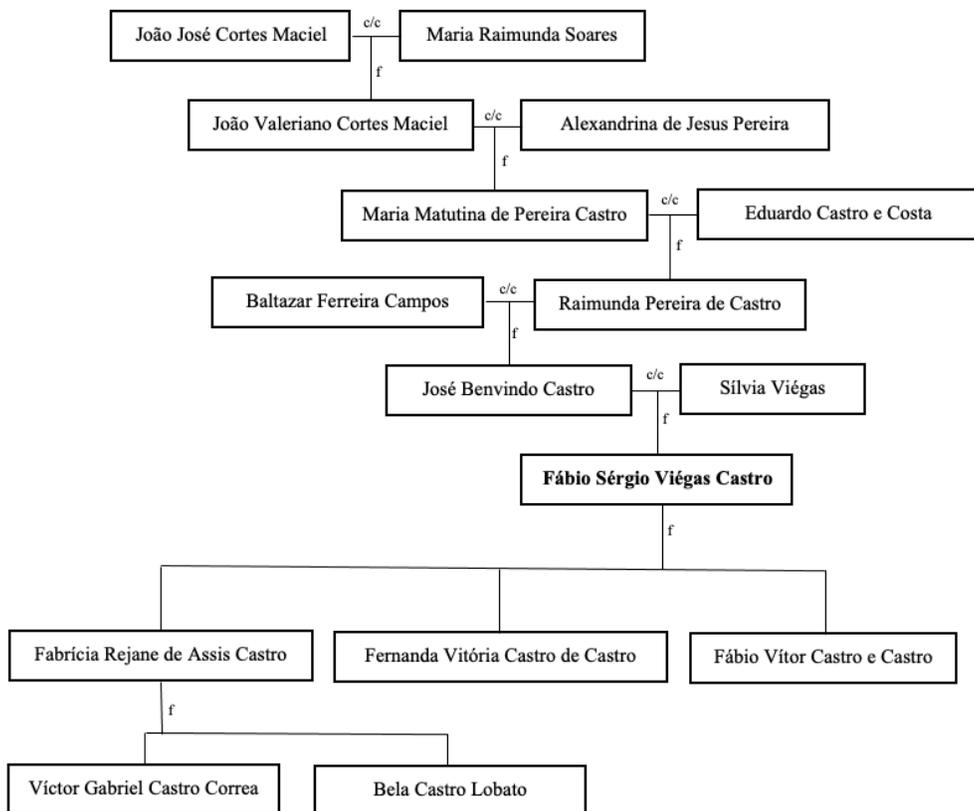
O pai do padre, que teve o título de tenente-coronel, certamente teve a sua importância no contexto sociopolítico da então Icatu, pois foi encontrado registro do seu nome em uma das principais ruas que cortam a atual cidade, na qual fica localizada a Prefeitura Municipal e dá acesso à principal praça, a Presidente Dutra. Abaixo, o registro fotográfico mostra uma placa de endereço fixada em uma das residências do citado logradouro.



Fotografia 1 - Placa indicando o nome da rua Coronel Cortes Maciel

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).

Desse tronco da família, podemos registrar, ainda, a presença de Eduardo Castro e Costa, esposo da D. Cota, que exercia a profissão de advogado provisionado naquela cidade, e toda a sua descendência, conforme demonstrado na árvore genealógica parcial explicitada na Figura 1.



Legenda:

C/C: casado com

f: filho

Figura 1 - Árvore genealógica parcial da família Castro

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa documental

Como não é objetivo, neste trabalho, tratar das relações conjugais dos pais, que contrariavam os regramentos da Igreja Católica no que tange aos votos de celibato, este breve relato visava reconstruir parcialmente a árvore genealógica, com o intuito de evidenciar os fortes laços que ligam o autor deste trabalho acadêmico à vida cotidiana, seja pela sua presença ou de familiares, desde a vila do Icatu, nos idos dos Setecentos, até os dias atuais, e que foram base da motivação para a presente pesquisa.

DO FORTE À VILA: DA RESISTÊNCIA PORTUGUESA À INVASÃO FRANCESA NA FORMAÇÃO DE UMA CIDADE

Segundo César Marques (1970), no dia 28 de outubro de 1614, um dia antes da vitória dos portugueses sobre os franceses, na então Baía de Guaxenduba, que culminou com a expulsão destes últimos das terras do Maranhão, foi celebrado o santo sacrifício da missa. Por corresponder ao tempo de nascimento de Nossa Senhora, os frades capuchos e capelães da expedição deram à localidade onde se encontravam instalados o nome de Forte de Santa Maria.

Icatu foi uma das capitanias subsidiárias divididas da Capitania do Maranhão, conforme a Carta Régia de 13 de abril e de 14 de maio de 1633, pertencendo diretamente à Coroa Portuguesa, sendo o arraial de Santa Maria de Guaxenduba a primeira sede da Capitania de Icatu. Em 1688, sua majestade D. Pedro II, rei de Portugal, por questões de segurança do litoral e do rio Munim, elevou-a, da categoria de arraial, para Vila, com o nome de Santa Maria do Icatu. A partir daí, foram construídos prédios importantes em alvenaria, de pedra e cal, financiados com recursos da Coroa Portuguesa. (ALMEIDA, 2015, p. 21-22).

Os limites da Capitania de Icatu iam dos Mangues Verdes até o Munim, que é o mais oriental dos três grandes rios que desaguam no Golfão Maranhense, incluindo, nesse território, as bacias hidrográficas dos rios Preguiças, Peria e o Munim, com todos os seus afluentes. (ALMEIDA, 2015).

A Figura 2, a seguir, mostra o espaço territorial ocupado pela Capitania do Icatu no século XVII.

MARANHÃO: MUNICÍPIOS DA PROVÍNCIA NO SÉCULO XVII



Figura 2 - Mapa do espaço territorial ocupado por Icatu no século XVII

Fonte: IMESC (2010).

Sob a argumentação de que essa vila se achava extinta de moradores, e sua escravatura, pela paragem, ser muito doentia, afastando moradores de outras localidades, os camaristas Eugenio de Moraes Rego, Marcelino dos Santos, Joaquim Caldeira, José da Silva Nogueira e Joaquim Miguel Lopes de Lavre assinaram uma representação, em 30 de julho de 1755, solicitando à Coroa a mudança da vila para outro lugar, vizinho ao mar, com abundância pesqueira, melhores condições de comércio e do porto, para que a população pobre vivesse em melhores condições. Desta forma, a nova vila foi planejada e implantada em 1759, onde fica atualmente a cidade de Icatu. (ALMEIDA, 2015).

Apesar das poucas e divergentes fontes que tratam sobre estimativas da população do Brasil para os séculos XVI e XVII, comprovou-se que, no século XVIII, a população da Capitania do Maranhão era pequena e composta por muitos índios. Conforme citado pela historiadora Antônia da Silva Mota:

No início do século XVIII, o crescimento populacional da Capitania do Maranhão era mínimo e se concentrava praticamente no litoral. Em 1720 contava apenas 854 moradores na cidade de São Luís, 332 na vila Santo Antônio de Alcântara e 54 na vila de Santa Maria do Icatu. Adentrando o leito

dos maiores rios, aglutinados em torno das poucas unidades produtivas, foram contados, na mesma época, 74 na ribeira do Itapecuru e 64 moradores no rio Mearim. Ao todo, 1378 habitantes (VIVEIROS, 1954, p. 63). Até este período, a composição étnica da região se constituía de uma minoria de brancos, muitos índios e mestiços, e raríssimos africanos. (MOTA, 2012, p. 22).

A atual cidade de Icatu está situada na microrregião de Rosário, à margem direita do Rio Munim, próximo à sua foz. Apresenta uma área de 1.448,778 km² e uma população estimada, em 2020, de 27.269 habitantes.

Na Figura 3, abaixo, do século XIX, vemos a localidade Icatu representada na foz do rio Munim, na Baía de São José.

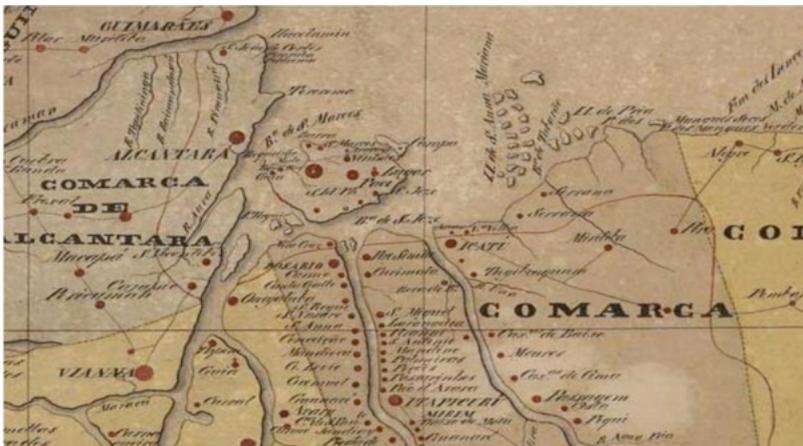


Figura 3 - Mapa da divisão do Maranhão em comarcas.

Fonte: Detalhe da Carta Geral da Província do Maranhão, 1855.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA VILA DE ICATU NO SÉCULO XVIII

Os padres jesuítas, levando as suas missões pelos caminhos naturais, iam desbravando o interior da Capitania do Maranhão com a finalidade de catequizar os gentios, iniciando-se o processo de ocupação daquelas terras e edificando aldeias. Ainda nesse avanço territorial sobre o interior da capitania, podemos destacar os senhores de engenho e criadores de gado, que ao se estabelecerem naquelas terras, descortinavam a região do Munim.

Ainda no início do século XVIII, os fazendeiros e a população da vila viviam um clima tenso, resultante de permanentes assaltos de índios Caicases às propriedades. Eles se utilizavam desses ataques como forma de resistência à escravização do seu povo por colonizadores que já estavam estabelecidos na região, conforme registra Marques (1970, p. 618):

No princípio do século XVIII foi esta vila devastada pelos índios Caicases, que fizeram o mesmo em todos os territórios estabelecidos nas margens do rio Munim para se vingarem do rapto de muitos dos seus praticados pelos portugueses a fim de reduzi-los à escravidão.

Em se tratando da Capitania do Maranhão, essa foi pouco povoada até as últimas décadas do século XVIII, sendo que só começa a ter destaque no cenário econômico após o cultivo e a exportação de algodão. Como observa Matthias Röhrig Assunção (2018, p. 15):

O Maranhão e as demais capitanias do Norte foram considerados até o século XVIII colônias periféricas, de relevância econômica reduzida, mesmo com o reconhecimento do governo português da importância estratégica da Amazônia. Somente o cultivo e a exportação do algodão transformaram o Maranhão numa economia de *plantation*, similar às que já existiam no Nordeste e no Sudeste desde o século XVI ou XVII. O caráter tardio dessa transformação – ocorreu no Maranhão apenas nas três últimas décadas do século XVIII – não deixou de incutir também traços particulares na província.

No século XVIII, embora ainda em processo de ocupação, faz-se necessário compreender que as medidas tomadas pelas reformas pombalinas impulsionaram a economia da Capitania do Maranhão; entretanto, não se pode ignorar a existência de uma economia local, uma organização social e modos de produção antes mesmo dessas reformas. Conforme observa Antônia da Silva Mota:

Se não nos basearmos somente nos registros contábeis e estudarmos também as fontes privadas, saberemos que antes das Reformas Pombalinas o Estado do Maranhão já existia. Grandes partes das terras já estava dividida em grandes propriedades e a forma de exploração dos recursos naturais e das populações nativas já havia sido definida, embora encontra-se feroz resistência por parte destas. (2006, p. 34)

Na segunda metade do século XVIII, ainda se contam poucas vilas e cidades,

observa-se que eram para as unidades administrativas como São Luís, Alcântara e Icatu, as primeiras a existirem na então capitania do Maranhão, que a população das pequenas povoações onde viviam se deslocavam para tratar de seus assuntos e negócios particulares, como frisa Antônia da Silva Mota:

As vilas e cidades na segunda metade do século XVIII eram poucas: São Luís, Alcântara e Icatu, e pequenas povoações na ribeira dos rios. No geral, as pessoas viviam em unidades produtivas rurais e vinham aos agrupamentos populacionais maiores para tratarem de negócios, casarem-se, batizarem seus filhos e enterrarem seus mortos. (MOTA, 2006, p. 42).

Com o processo de expansão das cidades começaram a surgir necessidades de atividades voltadas para a segurança do espaço territorial ocupado, e outras que iam proporcionando a modificação do espaço, que já começava a se urbanizar; ao mesmo tempo que a Igreja Católica, presente na região há algumas décadas, continuava seu objetivo de expansão da religião cristã. Algumas dessas atividades são destacadas pela professora Antônia Mota, após análise dos conteúdos de cartas-de-datas:

De acordo com o conteúdo das cartas-de-datas e sesmarias, a população inicial era composta basicamente por soldados, alferes, sargentos, capitães, o clero, ferreiros, pedreiros, pescadores, etc. Depois diversifica: negociantes e muitos sem ocupação definida. Também mulheres solteiras e viúvas. Alguns brancos, poucos índios e negros, uma imensa maioria de mestiços. (MOTA, 2006, p. 44).

Nesse cenário de poucas vilas e cidade, população concentrada em pequenos povoadamentos, é que percebemos, em alguns dos testamentos analisados, a presença de migrantes portugueses na região do Munim. Parte deles abandonou seu lugar de origem e veio para essas bandas em busca de negócios e estabilidade econômica, pois, as notícias que deveriam chegar por terras além-mar, certamente, davam conta de que aqui seria uma terra cheia de oportunidades, que poderia proporcionar-lhes enriquecimento. Consta, ainda, nesses documentos, que alguns desses migrantes se declaravam solteiros, e aqui constituíam a família, por meio de laços matrimoniais.

Esse é o caso de Manoel Rodrigues Janella, natural da Ilha da Madeira, filho de migrante, e que deve ter vindo para cá ainda criança, uma vez que consta no seu testamento que foi batizado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, sendo prática da Igreja ministrar esse sacramento nos primeiros anos de vida da criança. Chegando por essas terras, instalou-se na cidade do Maranhão, sendo casado duas vezes, como podemos ver no seu testamento: “Declaro que sou natural da Ilha da Madeyra, filho legítimo de Antonio Rodrigues Ribeiro, e de sua mulher Maria Gonsalves, batizado na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, ambos os ditos já defuntos”. (TESTAMENTO 3).

Consta, ainda, no testamento, que o seu segundo casamento foi com uma mulher de nome Izabel Castilho, nascida em São Luís:

Declaro que fui casado duas vezes nesta cidade do Maranhão, a primeira vez com Florencia de Souza, de cujo matrimônio tenho três filhos, a saber Josefa, Ague mayores, e Ignacia Rodrigues Janella todos mayors. A segunda vez fui casado com Dona Izabel de Castilho com quem vivo atualmente, de quem não tive filho algum. (TESTAMENTO 3).

Mesmo que os migrantes viessem para cá determinados a enriquecer, nem sempre esse intento se concretizava, pois o próprio Manoel Rodrigues Janella deixou claro em seu testamento o fato de ter ele mesmo conseguido seus bens, por meio do seu trabalho ao lado da segunda esposa, não sendo mencionado heranças deixadas pelos pais, apenas alguns bens herdados após o falecimento da segunda esposa.

Declaro que do dito inventário de minha primeira mulher me tocaram e ficaram os bens seguintes; um escravo por nome Antonio preto de idade de cinquenta anos pouco mais ou menos, alguns caboclos, que estão forros hoje pela Lei, e mais uma casa de varas com umas ferramentas, e mais alguns poucos trastes, dos quais todos, digo dos quais fiz doação da terça a minha segunda mulher, Dona Izabel de Castilho, como constará de uma Escritura, que ela apresentará. (TESTAMENTO 3).

Pelo mencionado no testamento, podemos perceber que não foi uma vida de muitas posses. Por outro lado, podemos destacar os migrantes internos, como o caso de Gaspar dos Reys, que viveu ainda na primeira metade do século XVIII, natural do Rio de São Francisco, batizado na Igreja do Cabrabô, vindo a estabelecer unidades produtivas ao longo dos rios Parnaíba, Preto, Munim, Iguará e Itapecuru. No Munim, foi morador na sua fazenda Mangabeyra, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da vila do Icatu.

Portanto, verificamos a presença de padres jesuítas missionários, dos migrantes oriundos tanto da metrópole quanto de outros lugares da própria colônia, que vieram constituir suas unidades de produção, dando continuidade, agora de forma mais acelerada, ao processo de ocupação dessa região.

As imagens abaixo ilustram períodos posteriores ao definido como base do nosso estudo, e podemos observar uma cidade já consolidada, no século XX. A Figura 4 mostra uma vista de Icatu a partir do rio Munim, chegando ao porto, estando, à direita, a então Casa Paroquial. Atualmente, nesse prédio funciona a Secretaria Municipal de Educação; à frente, embarcações atracadas no porto, que possui uma extensa rampa.



Figura 4 - Vista parcial da cidade de Icatu a partir do rio Munim – [19--]

Fonte: IBGE (19--).

Na Fotografia 2, vemos a paisagem atual, que foi modificada pela ação do homem, sendo agregadas novas construções, conservando ainda o prédio à direita, onde funciona a Secretaria Municipal de Educação.



Fotografia 2 - Vista parcial da cidade de Icatu a partir do rio Munim – [jul./2020]

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).



Figura 5 - Vista da rampa – [19--]

Fonte: IBGE (19--).

A VIDA NA VILA DE ICATU NO PERÍODO COLONIAL - SÉCULO XVIII

1 | AS FAMÍLIAS

Antes de se estudar o cotidiano de famílias, faz-se necessário, inicialmente, esclarecer o modelo de família adequado para o local e a época trabalhada, bem como tentar traçar o perfil dessa população utilizando parâmetros como o quantitativo, a faixa etária, a condição de cor, o gênero etc.

No tocante às organizações das famílias, recorreremos ao estudo da professora Sheila de Castro Faria, que no seu livro “A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial” (1998), faz uma abordagem sobre a pluralidade dos modelos familiares, analisando as diversas formações de núcleos familiares, a partir de interesses econômicos das classes senhoriais, como também é razão para a própria sobrevivência dos escravos em um mundo que apresenta muitas dificuldades para esse segmento da população. Neste trabalho, a professora dá um certo protagonismo à mulher do período colonial, não reduzindo esse modelo somente à família patriarcal, conforme o questionamento levantado:

Após a primeira constatação de que o patricarcalismo, a família extensa e a mulher enclausurada não foram padrões predominantes em pelo menos alguns lugares do Brasil colonial, cabe questionar os motivos de eles terem sido amplamente aceitos por uma grande parte da intelectualidade brasileira e, mais do que isto, baseadas em fontes discursivas, de época, que fundamentam as afirmações. (FARIA, 1998, p. 47)

Nos testamentos analisados, verificamos a presença de grandes proprietários de fazendas que eram base para atividades produtivas na época em estudo; alguns deles oriundos da metrópole, que vieram para a colônia em busca de riquezas. Pôde-se perceber, ainda, nesses registros, que há pessoas no entorno desses proprietários, com ou sem laços consanguíneos, que estão sob a condição de agregados ou apadrinhados. A menção das relações desses proprietários com essas pessoas nos leva a supor a existência, nessa região, da formação de famílias patriarcais ou senhorias. Outro fato constatado é a presença de mão de obra escrava.

Podemos destacar o testamento de Francisco Tavares Coelho, datado de 6 de fevereiro de 1759, em que ele se declarava natural da vila o Concelho de Santa Maria de Seutar, Bispado de Vizeu, Comarca de Euqueyra, Portugal; proprietário e morador da fazenda São João, situada na Ribeyra do Monim, destinada à criação de cabeças de gado vacum e cavalar. Nesse documento, Francisco Tavares deixa registrado recomendações para que se cuide de uma família e de um compadre, como podemos observar no excerto a seguir:

Declaro que em S. Joao se acha morador Joze de Sa Bezerra com sua mulher e filho e um compadre meu genro chamado Francisco Rodrigues Villas Boas os quais peço e rogo a meus testamenteiros e herdeiros os conservem por

serem pessoas pobres e o não terem terras próprias [...]. (TESTAMENTO 2).

Tal recomendação acerca do cuidado em não deixar a família de Joze de Sa Bezerra, assim como o seu compadre, desamparados, além de denotar o zelo por quem certamente lhe serviu em vida, com seu trabalho e confiança, extrapola o conceito de família formada por laços consanguíneos, caracterizando a família extensa, que envolvia também afilhados e compadres, laços de lealdade entre as partes.

Fortalece, ainda, nossas convicções, quando percebemos o tipo de atividade econômica, que era voltada para a criação de gado vacum e cavalariço, bem como a lavoura, que era praticada na região da Freguesia da vila de Santa Maria do Icatu no período em estudo. Portanto, uma atividade mais fixa ao lugar, o que favorecia alianças matrimoniais a fim de expandir os negócios, favorecendo a formação dessas famílias senhoriais.

No entanto, em virtude dessa pluralidade do modelo familiar, da forte presença da atividade agrícola, além da criação de animais, havia também a necessidade da garantia de mão de obra a ser utilizada na produção das fazendas, bem como os cuidados com a alimentação e moradias, o que proporcionava a formação de uma estrutura familiar que favorecesse o cuidado com essas necessidades, como destaca a professora Sheila:

Lavradores precisavam de uma organização familiar que, além de lhes garantir o preparo da comida e os cuidados com a morada, dividisse o trabalho agrícola e lhes desse filhos – mão-de-obra básica para que pudessem aspirar a melhores condições de vida. (FARIA, 1998, p. 53)

Importante ressaltar, ainda se tratando da análise dos testamentos, que também foi verificada a presença desse tipo de família na vila de Santa Maria do Icatu.

Essa sociedade rural via-se permeada com algumas questões de ordem moral, a exemplo das relações conjugais ilegítimas, que podiam culminar com a concepção de filhos registrados nas fontes paroquiais como sendo filho de pai desconhecido, ainda que esse fosse de conhecimento da mãe da criança; ou pai incerto, como verificamos em alguns lançamentos de óbitos paroquiais. Uma das razões que podem justificar essas múltiplas relações dos homens é o fato de que os portugueses estiveram muito tempo sob dominação árabe, cuja cultura admite ao homem mais de um relacionamento, embora a Igreja Católica tentasse de todas as formas coibir essas práticas, obtendo sucesso em alguns casos.

Outra questão comum à época, no que tange à formação das famílias, era a necessidade de garantir um bom casamento às filhas dos senhores, assim como deixar para os filhos uma atividade econômica que lhes proporcionasse um bom futuro, no que tange às finanças.

Esses elementos estão presentes no testamento de Francisco Tavares Coelho, haja vista que esse demonstra um grande apreço pela *índia* Quitéria Coelho, que foi sua serva, chegando a doar para ela um sítio; porém, essa doação é anulada em virtude da serva ter

se casado com o *mulato* intitulado forro, de nome Cahitano da Costa:

Declaro que na Ribeira do Munim possuo a fazenda intitulada São João que terá de gado vacuum mil cabeças pouco mais ou menos e de cavalos duzentas e tantas, pouco mais ou menos, e os cavalos que se acharem no pasto da outra banda chamado Pastos dos Cavalos, cujo sítio eu tinha dado por escritura a uma índia que foi minha serva por nome Quiteria Coelho para ela e seus descendentes, porém como casou a dita com um mulato chamado Cahitano da Costa intitulado forro, e como nesta cidade se acha preso. Pelos ausentes, sendo cativo e a mulher queira fazer vida com ele hei por nula a dádiva que lhe fiz que não terá vigor algum a dita mercê em tempo algum e se ela se desquitar saindo o dito mulato cativo sempre faço mercê a dita Quiteria do dito sítio na forma que se declara na dita escritura que dele passei, e peço a meus herdeiros haja por bem esta disposição o que meus testamenteiros haverão por bem, e lhe darão e farão dar todo o seu devido cumprimento. (TESTAMENTO 2).

A preocupação demonstrada no texto acima conduz-nos a pensar que entre Francisco Tavares Coelho e a *índia* Quitéria havia uma relação que se estendia além da gratidão pelos serviços prestados, certamente uma relação de consanguinidade, quem sabe ela possa ter sido uma filha que o fazendeiro não assumiu, em virtude das condições morais daquela sociedade, onde a Igreja Católica, com suas doutrinas, fazia-se fortemente presente, reprovando uma relação conjugal que não estivesse sob as suas bênçãos. Outro ponto que merece destaque é a condição imposta pelo doador no que tange à *índia* Quitéria ter que se desquitar do amado Cahitano da Costa para poder ser beneficiária da propriedade. Verifica-se, então, uma preocupação do suposto pai em garantir um futuro promissor para a filha, por meio de um bom casamento; logo, aquele *mulato* não se enquadrava no perfil desejado dentro do pensamento senhorial.

Mais à frente, no mesmo testamento, há o registro no qual Francisco Tavares arcou com as despesas de mandar ler e vestir o rapazinho Domingos, filho da *índia* Quitéria, reforçando a suspeita de uma relação de consanguinidade entre eles:

Declaro que por meu falecimento, sendo Antonio Rodrigues Cardozo vivo se lhe dará dez mil reis para um capote de esmola pelo amor de Deus e aquilo que ele disser que eu lhe sou devedor de gastos do rapazinho Domingos, filho da índia Quiteria, pois lhe entreguei para o mandar ensinar a ler e o vestisse as minhas custas e como me consta que de tudo isto tem feito bem e que se lhe pague da minha fazenda. (TESTAMENTO 2).

Seguir o padrão de bom comportamento imposto por aquela sociedade, garantia aos filhos, adulterinos ou naturais, entre outras parentelas, ganhos, conforme destaca a professora Sheila de Castro Faria (1998, p. 95):

Para filhos (adulterinos ou naturais), afilhados, enjeitados, vizinhos e parentes agregados a uma órbita familiar diferente da constituída pelos pais, receber herança, esmolas, dotes e outros benefícios significava corresponder às

expectativas especiais de comportamento previamente traçado.

Portanto, a *índia* Quitéria, ao tomar a decisão de se casar com o *mulato* Cahitano da Costa, certamente frustrava as expectativas de Francisco Tavares, razão pela qual perdeu o sítio que receberia como herança; e para reavê-lo, a condição que lhe restara seria desquitar-se do seu amado¹.

Ainda sobre a questão de bem encaminhar o futuro dos filhos ou das pessoas que estavam sob a sua responsabilidade, podemos verificar o caso de Alexandre Pereira Colares, que veio de Portugal para morar com o tio Francisco Pereira, capitão-mor na vila de Santa Maria do Icatu. Por ser solteiro e sem herdeiros forçados, seu tio o instituiu como legítimo e universal herdeiro, acrescido a esse patrimônio, por ocasião de um Codicílio, duas moradas de casas que seriam também suas, mas impondo a condição de que o sobrinho se ordenasse.

Declaro que no dito testamento declarei deixava a meu sobrinho Alexandre Pereira Colares, filho de Manoel Nunes Colares e Izabel Maria, cujo tenho em minha companhia todos os bens que eu neste estado possuísse, assim móveis como de raiz, porque depois do dito testamento feito me resolvi fazer doação de patrimônio ao dito meu sobrinho per escritura pública, cuja ainda não está feita, de duas moradas de casas para o efeito de se ordenar com condição porém que não se chegando a ordenar passarão as ditas minhas sobrinhas, digo as ditas casas, mas minhas sobrinhas Ignacia Maria e Euzebia Thereza, filhas de Manoel Nunes Collares e Izabel Maria, cujas deixava no testamento livres sem pensão ao dito meu sobrinho e porque de presente só quero deixar-lhes na forma que dei de doar na dita escritura; declare que quando se não ordene sejam logo entregues aos procuradores das ditas minhas sobrinhas para delas disporem na forma que estes lhes ordenarem e nestas partes das casas revogo a dita verba testamentaria só quero que esta e a mesma escritura tenham seu devido efeito. (TESTAMENTO 5).

Percebemos, por meio desse breve relato, a existência de uma sociedade permeada por um rigor na conduta moral de seus habitantes, assim como a preocupação dos senhores com a garantia de conduzir as suas filhas para um bom casamento, e aos filhos uma ocupação em atividades econômicas que lhes garantissem um bom futuro no que concerne às finanças.

2 | PERFIL DA POPULAÇÃO

No tocante ao perfil da população que habitava aquela vila na segunda metade dos setecentos, temos um grande desafio para este trabalho, visto que há uma carência de estudos estatísticos da população do Maranhão no século XVIII, sendo que esses dados praticamente inexistem até o ano de 1760. Os primeiros dados levantados pelos censos

¹ As categorias de índios e mulatos não expressam a diversidade de povos que compunham o Maranhão Colonial, em especial, a de mulato, pois incluíam os que não eram branco ou preto, sendo, portanto, a mais imprecisa.

provinciais surgem no período entre 1760 e 1872, sendo instaurado, a partir desse último ano, o censo nacional.

Apesar de todas as dificuldades, este estudo torna-se necessário em virtude da apresentação de dados estatísticos que apresentam o perfil da população quanto à cor/condição, o gênero, a faixa etária, se casados, solteiros ou viúvos, bem como a condição social, ou seja, se livres ou cativos, das pessoas que habitavam a vila Santa Maria do Icatu no século XVIII.

Segundo Matthias Röhrig Assunção (2018, p. 52-53):

Foram realizados três censos coloniais no Maranhão: em 1777, durante os anos de 1798-1799 e pouco antes da Independência, em 1821, sendo que o de 1798-1799 foi o mais completo, resultando em mapas dos habitantes, tabelas dos casamentos e mortes e mapas da população.

Ainda no século XIX, os dados levantados pelos padres se constituíam em uma importante fonte de informações sobre a população da província. No entanto, deve-se ponderar sobre algumas das razões que podiam subestimar o número de habitantes daquelas freguesias. Conforme registra Matthias Röhrig Assunção: “o medo de subdivisão das paróquias, o isolamento de segmentos significativos da população camponesa, que não participavam de cerimônias católicas e nem sequer eram conhecidos dos padres, dada a extensão das freguesias” (2018, p. 55). São diversos os fatores que contribuíram para subestimar a quantidade numérica da população, como o próprio presidente da província, João Antônio de Miranda, já denunciava em 1841, conforme registro de Matthias Röhrig Assunção (2018, p. 56):

O presidente denunciava, ainda, que muitos chefes de família não declaravam todos os seus membros, que tratavam seus escravos como objeto e que outros recusavam dar toda informação por medo de impostos. Acrescentava “a existência entre nós de africanos livres, que vivem como escravos, e que nem são dados ao rol eclesiástico, nem ao civil”.

Embora esses sejam alguns dos problemas observados no século XIX, podemos supor que no século anterior a dificuldade devia ter sido ainda maior, dada à inexistência de métodos claros e confiáveis para se elaborar um levantamento da população, o que dificulta sobremaneira estimar-se o número de habitantes que viviam na vila de Santa Maria do Icatu no recorte temporal no qual baseamos a nossa pesquisa. Assunção destaca alguns desses problemas, tais como:

As constantes mudanças de divisas com a criação de paróquias e a subdivisão de freguesias, a falta de fidelidade no controle de nascimentos e óbitos, tudo interferia para a obtenção de dados confiáveis que pudessem expressar a real população da vila. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 57).

Acrescido às dificuldades mencionadas em relação à contagem da população,

temos a falta de critérios claros para a interpretação das questões de cor/condição, como bem observa Matthias Röhrig Assunção:

Se por um lado as sutis graduações de cor entre o mulato claro e o branco, o mestiço e o mulato eram relevantes para determinar o lugar de cada indivíduo na hierarquia racial e social e eram usadas pelos contemporâneos na vida quotidiana, por outro lado, tal sutileza era bastante subjetiva e nunca foi possível introduzi-la nos censos. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 57).

Elencados alguns dos problemas que são importantes quando se pensa na elaboração de um estudo que represente a totalidade do perfil da população de determinada região, destacamos um “Mapa dos Habitantes que Existem na Parochia de Santa Maria do Icatu”, datado de 1798 (vide anexo), que apesar dos problemas levantados acima, que dificultavam o levantamento censitário na época, podendo acarretar em falta de fidelidade da representação real da quantidade de habitantes da região, não deixa de ser um documento valioso, em virtude de traçar um perfil da sociedade, na segunda metade do século XVIII, naquela freguesia.

Nesse mapa, pode-se verificar que são levados em consideração os seguintes parâmetros: cor/condição (branco, preto e *mulato*), sexo (homem ou mulher), condição do “estado civil” (casado, solteiro e viúvo) e condição social (livre ou cativo), bem como a divisão da população em faixas etárias de dez anos, exceto nos dois primeiros grupos, que era de 5 em 5 anos (de 0 a 5, e de 5 a 10 anos).

Friamente, os números apenas quantificam aqueles habitantes que viviam na freguesia; no entanto, podemos fazer uma análise, levando em consideração os parâmetros supracitados, a fim de melhor contextualizar aquela sociedade. A seguir, destacamos algumas dessas considerações:

1. Os habitantes definidos como pretos correspondiam a mais da metade da população, perfazendo um percentual de 54,47%, enquanto os brancos correspondiam a 24,76% e os *mulatos* a 20,77% do total de 5.565 habitantes retratados no referido mapa;
2. Considerando o total de pretos e *mulatos* escravos, um percentual de 57,37%, aquela freguesia apresentava um alto índice de mão de obra escrava, superior até mesmo ao levantado por Matthias Röhrig Assunção em relação ao Maranhão e à colônia, que registrou um índice superior a 55% no ano de 1821 (ASSUNÇÃO, 2018);
3. Quanto ao percentual de solteiros e viúvos, independentemente de sua cor/condição (branco, preto ou *mulato*) ou condição social (livre ou cativo), verificamos uma sociedade formada por uma quantidade maior de homens, em relação às mulheres, como podemos observar a seguir, cujos números foram tirados do Mapa dos Habitantes que Existem na Parochia de Santa Maria do Icatu, referente ao ano de 1798:

Pretos solteiros e viúvos	
Homens	Mulheres
905	579

Tabela 1 - Cor/condição

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do mapa em anexo.

Branco solteiros e viúvos	
Homens	Mulheres
462	421

Tabela 2 - Cor/condição

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do mapa em anexo.

Mulatos solteiros e viúvos	
Homens	Mulheres
431	389

Tabela 3 - Cor/condição

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do mapa em anexo.

Total	
Homens	Mulheres
1798	1389

Tabela 4 – Total por sexo

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do mapa em anexo.

4. Considerando a população entre 0 e 10 anos, soma 974 habitantes. Proporcionalmente, percebemos um baixo percentual de pretos, 8,45%, quando comparado com os 27,94% dos brancos e 28,81% dos *mulatos*. Naquela época, havia uma mortalidade infantil expressiva entre a população escrava, certamente resultado das duras condições de vida e o difícil acesso às boas condições de moradia, higiene e alimentação. Somada a essa situação, a baixa presença de pretos nessa faixa etária devia-se também ao fato de esse segmento da população ter chegado ao Maranhão, oriundo do continente africano, com a finalidade de trabalhar como escravos, portanto, chegavam por essas terras já em idade cujos braços já tinham a força para essas tarefas;

5. No que concerne à população entre 10 e 20 anos, soma 709 habitantes, também se percebendo um baixo percentual de pretos 8,87%, quando comparados com os brancos, 16,33%, e os *mulatos*, 18,60%;

6. Quanto à população entre 20 e 40 anos, soma 3.158 habitantes. Somam 39,62% de pretos, comparados a 9,25% dos brancos e 7,87% dos *mulatos*. Esse percentual expressivo da população escrava nessa faixa etária, em contraste com as faixas de idade anteriores (0 a 10 e 10 a 20 anos), encontra explicação na chegada de mão de obra importada para trabalhar nas lavouras e engenhos da região, conforme mencionado no item 4;

7. Considerando a população acima de 40 anos, percebemos um percentual de pretos de 5,41%, quando comparados com os 4,55% dos brancos e 3,05% dos *mulatos*, de um total de 724 habitantes, perfazendo um percentual de 13,01% do total de 5.565 habitantes;

Analisando os dados do mapa, verifica-se que a partir dos 40 anos já se começa a perceber uma considerável redução proporcional da população existente nessa faixa etária, o que Matthias Röhrig atribui a características negativas observadas nas zonas de *plantation*, cuja zona a freguesia de Icatu se enquadrava:

A comparação das pirâmides etárias das freguesias complementa a diferenciação das microrregiões empreendidas a partir das taxas de natalidade e mortalidade. Por um lado, havia as zonas de *plantation*, como Rosário, Alcântara, Icatu, Nazaré do Mearim e mesmo Aldeias Altas (Caxias), com uma grande proporção de adultos livres e escravos. A mortalidade era elevada mesmo entre a população livre, branca e de cor. Havia relativamente poucas pessoas com mais de 40 anos. Como em outras regiões de *plantation* das Américas, o segmento livre da sociedade apresentava as mesmas características negativas que os escravos quanto ao equilíbrio entre os sexos, a distribuição etária e a mortalidade. (ASSUNÇÃO, 2018, p. 99).

8. Considerando a população acima de 50 anos, verificamos a contagem de 126 brancos, 123 pretos e 95 *mulatos*, perfazendo um percentual de 6,18% do total de 5.565 habitantes;

9. Levando-se em conta a população acima de 60 anos, verificamos a contagem de 60 brancos, 41 pretos e 37 *mulatos*, perfazendo um percentual de 2,48% do total de 5.565 habitantes;

10. À medida que elevamos a faixa de idade, esse índice cai ainda mais, logo, podemos concluir que a população em geral dessa freguesia era formada por pessoas na faixa etária de 20 a 40 anos;

11. Das tabelas mostradas a seguir, cujos dados foram trabalhados a partir do citado mapa, podemos tirar as seguintes conclusões:

PRETOS CATIVOS SOLTEIROS POR SEXO		
Homem	843	60,87%
Mulher	542	39,13%
Total	1.385	100,00%

Tabela 5 - Cor/condição

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do mapa em anexo.

Se observarmos o número de pretos(as) solteiros(as) cativos(as), verificamos que foi computado, naquela ocasião, 843 homens, o que representa 60,87% do total de 1.385 habitantes nessa condição de cor, e 542 mulheres, ou seja, 39,13% desse total. Por se tratar de uma área de lavoura, com a presença de engenhos de cana-de-açúcar, verifica-se o predomínio de homens dentro desse segmento da população, resultando em uma razão de 155 homens para cada 100 mulheres.

CASADOS				
Branco	Pretos		<i>Mulatos</i>	
	livres	escravos	livres	escravos
35,92%	32,73%	51,73%	33,56%	14,39%

Tabela 6 - Cor/condição

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do mapa em anexo.

Quando comparados entre os números apresentados de condição/cor, percebemos que o índice de pretos cativos casados era de 51,73%, portanto, bem superior aos brancos e *mulatos*, levando-nos a concluir que o fato de ser escravo não era motivo para que essa parcela da população não contraísse núpcias e constituísse as suas famílias. Pode-se deduzir, também, que a formação dessas famílias, com a geração de filhos, era uma forma de os senhores aumentarem o plantel de escravos.

Para os escravos, construir famílias era uma das estratégias utilizadas por eles para tornar melhor as suas condições de sobrevivência dentro do espaço de cativeiro. No entanto, mesmo que a escolha do parceiro se desse entre os escravos, essa deveria ser feita dentro das condições impostas pelos seus senhores, como forma de minimizar ou mesmo evitar problemas oriundos de eventuais relacionamentos entre escravos de senhores diferentes, tais como eventuais vendas de escravos na condição de a companheira precisar acompanhar o marido vendido em uma transação do comércio de escravos, que era próprio da época.

Por conta dessas restrições impostas pelos senhores, é concebível a ideia da existência de relacionamentos às escondidas entre escravos de diferentes senhores, haja vista não serem essas limitações o impedimento de se viver um romance em uma época que por si só já proporcionava duras condições a esse povo.

PRETOS					
Casados		Solteiros		Viúvos	
Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos
32,73%	51,73%	61,82%	47,42%	5,45%	0,86%

Tabela 7 - Cor/condição

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do mapa em anexo.

MULATOS					
Casados		Solteiros		Viúvos	
Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos
33,56%	14,39%	60,79%	84,87%	5,65%	0,74%

Tabela 8 - Cor/condição

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do mapa em anexo.

Por falta de detalhamento desses dados obtidos em registros paroquiais, não se fez um estudo mais aprofundado acerca dos casamentos, portanto, não é possível verificar os números referentes aos casamentos entre cor/condição desiguais.

No caso dos pretos e *mulatos* escravos, podemos supor que esses casamentos ocorriam entre a mesma cor/condição, pois consideramos que os livres poderiam perder essa condição ao se casar com um cativo; logo, essa união matrimonial não era provável, em virtude de suas desvantagens.

Também é plausível pensar que as questões que “impossibilitavam” o casamento entre cor/condição de desiguais conduziam também aquelas pessoas a relações consideradas ilegítimas naquela sociedade.

Outro fator de destaque é o casamento entre os pretos escravos. Os dados mostram que dentre 1.511 casados, temos 1.310 na faixa de 30 a 40 anos, o que representa 86,70% desse total, demonstrando que nessa cor/condição social, ou seja, preto/escravo, o casamento ocorria tardiamente, considerando que se verificava uma redução no número de habitantes nessa condição, depois dos 40 anos de idade.

Esse alto índice de casamento observado entre os pretos cativos pode ser decorrente das dificuldades sociais, em termos de vantagens, de um casamento fora dessa condição de cor, considerando essas desvantagens para os brancos, pretos e *mulatos* livres. Deve-se destacar que nessa época já tinha sido intensificado o comércio de escravo africano vindo para o Brasil Colônia, assim sendo, a sua presença já era crescente pelas terras do Maranhão.

Como veremos mais adiante quando tratarmos das atividades econômicas desenvolvidas nessa freguesia, podemos ressaltar que a maioria desses cativos trabalhavam nas lavouras.

12. A ausência dos índios nessa contagem pode ser resultante da imprecisão na definição dessas categorias raciais, pois índios e caboclos podem ter aparecido como *mulatos*, ou não estavam na contagem em virtude de essas serem feitas de forma separada. Como afirma César Marques (1970), a população indígena submetida ao poder colonial, que vivia em aldeias separadas, era também recenseada do restante da população;

A partir dos dados populacionais analisados, pode-se traçar o seguinte perfil da população que vivia na vila de Santa Maria do Icatu na segunda metade do século XVIII: uma população de maioria de condição/cor preta; na faixa etária, em sua maioria, entre 20 e 40 anos; formada, em sua maioria, por homens, com um maior número de pretos casados, quando comparados com os brancos e *mulatos*.

Um fator importante a ser destacado é a ausência dos índios nessa contagem.

3 | A RELIGIOSIDADE

A análise de inventários e testamentos auxilia na compreensão do modo de vida das famílias de determinada sociedade e época, sendo importantes documentos de reconstrução historiográfica de uma época. Como observa Matthias Röhrig Assunção (2018, p. 50): “A família constitui, cada vez mais, o foco principal de outra linha historiográfica, que busca reconstituir, a partir de inventários e testamentos, uma imagem mais densa e objetiva que as impressões dos viajantes.”

Em um mundo em que o europeu avançava na conquista de novas terras, empunhando em suas mãos a cruz, símbolo do cristianismo, fincando-a nos territórios conquistados, percebemos a forte presença da religião católica nos documentos paroquiais pesquisados; entretanto, não se pode ignorar, dada a própria composição da sociedade setecentista na vila de Santa Maria de Icatu, os ritos trazidos pelos negros africanos que vieram ser cativos por essas terras.

3.1 Fé católica

Em todos os testamentos analisados verificamos, logo no início dos registros, a preocupação dos testadores na afirmação da sua fé católica, reconhecendo as fragilidades da sua condição humana, clamando, assim, à Virgem Maria, aos santos e anjos da guarda que intercedessem junto ao Senhor Jesus Cristo, a fim de obterem a salvação das suas almas.

Podemos ilustrar como exemplo, o testamento de Jozé Ferreyra da Cunha, datado de 28 de agosto de 1766, que registra ser natural da Freguesia de S. Tirso de Prozins, termo da villa de Guimarães, arcebispado de Braga, Portugal, e morador por caridade na Ribeyra do Monim, na casa do senhor Lourenço Rodrigues; embora deixe claro também que tinha casa na Freguesia de S. Bernardo da Parnahiba e que desejava ser enterrado na Igreja de Santo Antônio na cidade de São Luís.

Primeiramente encomendo minha alma a Santíssima Trindade que a criou e rogo ao Padre Eterno pela morte e paixão de seu unigênito filho meu Senhor Jesus Cristo a queira receber assim como recebeu a sua árvore da cruz como também peço a gloriosa Virgem Maria, mãe de Deus, e aos bem aventurados apóstolos S. Pedro e S. Paulo ao anjo da minha guarda, santo do meu nome

e a todos os mais de minha devoção queiram rogar e interceder por mim a meu Senhor Jesus Cristo agora e quando minha alma deste corpo sair que como verdadeiro cristão protesto viver e morrer na santa fé católica, crendo tudo quanto ela ensina e nesta espero salvar a minha alma não por meus merecimentos, mas sim pelos da morte e paixão de meu Senhor Jesus Cristo. (TESTAMENTO 4).

Alguns testamentos do período declaradamente foram feitos pelo pároco, que era a pessoa que, naquela formação social, sabia ler e escrever. Por outro lado, vemos que eles seguem um modelo: primeiro a declaração de fé, depois a origem, referências à família, repartição dos bens etc. Diante disso, existe a possibilidade de que grande parte desses documentos tenham sido escritos pelos padres, o que pode ter influenciado essa fala tão carregada de simbolismo religioso.

A seguir, analisaremos alguns dos sacramentos e recomendações deixadas nos testamentos em apreço.

3.1.1 Batismo

Constam nos livros de registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da vila de Santa Maria de Icatu, Bispado de São Luís do Maranhão, informações sobre nascimento de crianças daquela vila, tal como era, em geral, padronizado pela Igreja Católica.

Lá ficavam registrados a data, o lugar e o nome do vigário que celebrava o ritual de batismo, o nome da criança (normalmente antecedido pela palavra inocente), sua idade, nome dos seus pais e dos padrinhos escolhidos pelos pais. Acrescenta-se, ainda, a condição social dos pais e padrinhos, quando eram escravos, assim como o estado matrimonial deles.

No tocante ao ritual de batismo, o vigário seguia a sequência em que molhava a cabeça da criança na pia batismal, carregada pelos padrinhos, que assumem o compromisso de cuidar daquele inocente; em seguida, a criança é unguida com os santos óleos, passando a ser uma iniciada no catolicismo.

3.1.2 Recomendações observadas nos testamentos

Em uma sociedade fortemente hierarquizada, na qual temos pequeno número de proprietários de bens materiais, acrescentando-se escravos aos seus pertences, em menor ou maior quantidade, em oposição à presença de um maior número de pessoas livres empobrecidas e outro grande percentual de negros escravizados trabalhando nas lavouras desses senhores, pode-se depreender diferentes rituais de sepultamento.

Nas peças de testamentos analisadas, todas firmadas por proprietários com posses materiais, deixaram registrado todo o ritual necessário ao seu sepultamento e à expiação

dos seus pecados, que iam desde as suas luxuosas roupas mortuárias, pedidos para que os seus corpos fossem sepultados nas igrejas, celebração de missas de corpo presente, cortejos fúnebres acompanhados por sacerdotes, bem como a oferta de esmolas às ordens religiosas, igrejas e aos pobres, sendo que esses testadores recomendavam que parte de seus bens fosse destinada para essas contribuições.

No testamento de Joze Ferreyra da Cunha verificamos essas preocupações:

Quero que meus testamenteiros me mandem enterrar na Igreja de Santo Antônio desta cidade amortalhando meu corpo no hábito da mesma Religião e me acompanhará o vigário e fábrica, e buscara meu testamenteiro que me leve a sepultura pelo amor de Deus e do mais se pagará a esmola costumada// Quero mais que meus testamenteiros no dia do meu falecimento me mandem dizer quatro missas de corpo presente na Igreja onde vou me enterrar de que se pagará a esmola costumada. (TESTAMENTO 4).

Verifica-se, dentre os bens de alguns dos testamentos analisados, a presença de capelas para invocação, edificadas dentro das propriedades rurais dos testados; portanto, a necessidade de salvação da alma era uma das recomendações primordiais da temente sociedade da época.

Certamente a edificação de capelas era uma prática entre os proprietários de terras que detinham o maior poder econômico, como podemos ver no testamento de Francisco Pereira, capitão-mor, deixando registrado que no sítio da Barra do Mony tinha uma capela de invocação da Santíssima Maria: “Cuja é de pedra e cal, coberta de telha a deixo a meu compadre Antonio Joze de Bastoz para nele morar com todas as iguarias que se acharem de casa.” (TESTAMENTO 5). A seguir, o capitão-mor recomenda cuidados na manutenção da capela, evitando que falte os elementos necessários ao ritual das missas, tais como velas (chamada de ceras), hóstias e o vinho, assim como devido ornamento do ambiente: “.... para que o dito meu compadre tenha cuidado da capela de Nossa Senhora em lhe ter sempre cera, vinho e hóstias para quando lhe fizer mister cuja capela tem ornamentos necessários...” (TESTAMENTO 5).

Não podemos deixar de destacar o poder sobrenatural que se atribuíam esses senhores, a ponto de determinar a perseguição pelas almas do purgatório àqueles devedores que não honrarem a promessa de pagamento das dívidas que tinham com eles, mesmo após a morte, como podemos ver no testamento de Francisco Tavares Coelho.

Declaro que dei um rol ao Capitão mor Joze do Couto Pereyra para cobrar para a multa da Igreja de S. Bernardo de bastantes bois, vacas e poldros sendo que tenho cobrado sessenta mil réis para a multa e o mais pertence a meus herdeiros e por não estar declarando os [ilegível] que se me devem deixo a todos os que se me deverem bois, vacas e éguas ou poldros deixo as almas do Purgatório por meu falecimento mande dizer de missas e aos que o não disser seja perseguido das mesmas almas, tanto créditos como tudo mais. (TESTAMENTO 2).

Os senhores também mandavam dizer missas pelas almas dos seus escravos, sendo que tal atitude talvez servisse como alívio do sentimento de culpa pelos excessos cometidos contra o corpo dos negros, ou uma espécie de reconhecimento pelos anos de dedicação no trabalho, mesmo que ao cativo não fosse dada outra alternativa.

Por outro lado, em contraste com o pomposo ritual fúnebre dos senhores proprietários de fazenda, muitos dos quais fazendo parte da elite social da época, está a população negra cativa, sem bens, por isso não havia razão para deixarem registros em testamentos, para quem a morte podia até representar um descanso para os seus corpos maltratados pelos anos de trabalho em troca do mínimo necessário para a sua subsistência. A esses, a dor da perda para os seus parentes poderia não ser menor que aquelas sentidas pelos senhores, mas no rito de sepultamento não caberia as mesmas pomposas recomendações.

3.1.3 Rituais e locais de sepultamentos observados nos registros de óbitos

Segundo os ritos da Igreja Católica, a morte deveria ser acompanhada por sacerdotes que proporcionassem ao enfermo grave, desde que sua condição física assim o permitisse, a salvação da sua alma, por meio dos sacramentos da comunhão e da extrema unção. Dessa forma, dar-se-ia o conforto espiritual não somente às almas que partiram como também aos vivos que permaneceriam na sua lida diária.

Acrescenta-se, ainda, a essas fontes primárias, os lançamentos dos registros de óbitos analisados na segunda metade do século XVIII, no Livros de Óbitos da Paróquia de Icatu, contando que os sepultamentos eram feitos, em sua grande maioria, nas Igrejas e Capelas da vila, seja na parte interna ou externa dessas. Certamente esse costume era resultado de uma crença setecentista de que quanto mais próximo do altar maior a garantia da salvação da alma dos defuntos que ali se estabeleciam para a sua morada eterna.

Os textos encontrados nos lançamentos dos registros de óbitos constavam a data do falecimento, os sacramentos recebidos, o nome do defunto e o local do sepultamento e, ao final, era assinado pelo vigário responsável. A Figura 6 refere-se ao lançamento de atestado em nome de Manoel Felipe, que faleceu no dia 22 de dezembro de 1784, e foi sepultado na Capela da Boca do Rio, localidade que na época pertencia à vila de Santa Maria do Icatu, e hoje pertence ao município de Axixá.

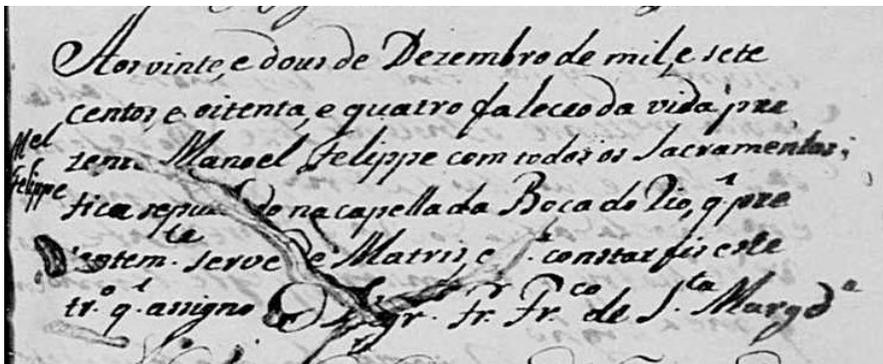


Figura 6 - Recorte mostrando um registro de óbito em nome de Manoel Felipe

Fonte: Recorte de um registro de óbito encontrado no site: <https://www.familysearch.org/>. Acesso em: jan. 2020.

No quadro 2, a seguir, constam o resumo de outros desses lançamentos que se encontravam em condições de serem lidos.

IMAGEM	DATA	NOME	LOCAL DE SEPULTAMENTO
2129	25/10/1759	José Garrido (com todos os sacramentos)	Igreja Matriz desta villa de Santa Maria de Icatu, entre os bancos junto a (sic) parede da parte do evangelho
2129	ilegível/10/1763	Andre de Souza (Fábrica de Madeira)	Igreja Matriz desta villa de Santa Maria de Icatu, parte do evangelho junto de (ileg.) púlpito
2129	23/01/1764	Luiz da Corte Maciel (com todos os sacramentos de penitência e eucaristia. Casado com Caterina Dornellas, morador da Freguesia)	Igreja Matriz desta villa de Santa Maria de Icatu, entre os bancos junto a (sic) parede da parte do evangelho
2131	18/09/1767	Domingos Duarte (sem sacramentos)	Na Igreja, ao pé da pia batismal
2131	15/02/1768	Jerônima da Silva, 70 anos pouco mais ou menos, viúva de Francisco Furtado	Sepultado nesta Igreja
2133	07/08/1770	Índio Hexo, casado, com todos os sacramentos	Igreja Matriz parte da epístola da porta principal para os bancos
2133	09/08/1770	Luiz (ileg.), filho da índia Ponciana (Moradora Boca da Ribeira)	Na Igreja Matriz (porta principal da parte da epístola)
2134	25/11/1770	Luiza Maria Rabelo, mulher de Bonifácio Pereira de (ileg.) (confessada)	Igreja Matriz por detrás da capela
2151	21/02/1784	Brígida de Andrade	Capella do Munim Mirim
2151	26/02/1784	Maria Micaela (inocente)	Capela da Barra

2151	10/09/1784	Pedro Ferreira	Capela da Boca do Rio
2151	22/12/1784	Manoel Felipe	Capela da Boca do Rio
2152	09/?/1787	Rosa Clara (inocente), filha de Quitéria de Andrade e pai incerto	Capela da Boca do Rio
2152	08/?/1787	Joana (inocente), filha de Ignácio	Capela da Boca do Rio
2152	24/06/1787	Maria Francisca	Capela da Boca do Rio
2152	24/07/1787	Luiza Elena	Boca do Rio
2152	22/06/1787	Felipe (inocente), filho de Maria (ilegível) e pai incerto	Boca do Rio

Quadro 2 - Alguns lançamentos de registros de óbitos

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos registros encontrados no site: <https://www.familysearch.org/>. Acesso em: jan. 2020.

Há presença de crianças nesses registros, identificadas com a palavra “inocente” ao lado dos seus nomes, cujo termo era utilizado pela igreja, considerando que a criança tinha, no máximo, sete anos de idade.

O registro de óbitos indica o local de sepultamento, a data e recomendação para se rezar missas, bem como o registro se o defunto teria falecido com todos os sacramentos ou parte deles. Tal registro representa a morte social das pessoas.

Nesses lançamentos, podemos verificar o registro de pessoas que foram enterradas dentro da Igreja Matriz, cujos túmulos podiam ficar situados entre os bancos, junto à parede da parte do evangelho, ao pé da pia batismal ou à porta principal da parte da epístola.

Nos registros fotográficos 3 e 4, abaixo, verificamos duas lápides ainda presentes na Igreja Matriz da cidade, situadas próximo ao altar, sendo uma em nome de Manoel Antônio Dantas, nascido no reino de Portugal no ano de 1788, e falecido na vila do Icatu em 11 de julho de 1851; enquanto que na outra lápide consta o nome de D. Ignez Maria Seixas Jardim de Mesquita, que foi mulher de João Antônio de Mesquita, nascida em 3 de julho de 1795, casou-se em 25 de agosto de 1815 e faleceu em 1855.



Fotografia 3 - Lápide próxima ao altar
Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).



Fotografia 4 - Lápide próxima ao altar
Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).

Encontra-se também o registro de sepultamentos em capelas ou nas suas imediações, a exemplo da que ficava na localidade chamada Boca do Rio.

Vemos a seguir, na Fotografia 5, a Igreja Nossa Senhora da Luz, chamada pelos moradores atuais de Capela da Luz, construída na segunda metade do século XVII, em uma aldeia jesuítica de São Gonçalo do Icatu (BETTENDORF, 2010), no alto de umas pedras à margem esquerda do rio Munim, no antigo povoado de Boca do Rio (coordenadas geográficas 2°48'29" S e 44°04'11" W), conhecido hoje como Belém, município de Axixá que, ainda no século XVIII, era território de Santa Maria do Icatu. Vide Fotografias 5 e 6.



Fotografia 5 - Vista ampla do local onde fica situada a Igreja da Luz – [jun./2020]

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).



Fotografia 6 - Vista ampla do local onde fica situada a Igreja da Luz – [jun./2020]

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).

3.1.4 Controle da Igreja Católica

A forte presença da Igreja Católica era percebida nas fontes paroquias da época, onde estão os registros de vida das pessoas, iniciando com o batismo, o primeiro dos sacramentos, que além de abrir as portas da criança para o mundo católico, também deixava informações acerca do nome dos pais e o local de origem, dentre outras, como visto anteriormente. Registra-se, ainda, informações de existência de união matrimonial, sob a bênção de um padre, até o registro de óbito, em que finalmente constava o fim da

existência social da pessoa.

Em um mundo ocidental dominado pelo catolicismo, essa religião ainda exercia, sob a população, o controle, por meio dos oficiais religiosos mais graduados, com seus olhares sempre atentos à prática da doutrina pelos súditos e, caso houvesse desvios, a garantia das severas punições.

Nesse contexto de vigilância, encontramos, no livro “Inquisição, Prisioneiros do Brasil – Século XVI a XIX”, da professora Anita Waingort Novinsky (2009), um registro em nome de Antônio Dias Mendes, imigrante da metrópole que veio morar na vila de Santa Maria do Icatu na segunda metade do século XVIII, que cometeu crime de bigamia.

ANTÔNIO DIAS MENDES

Processo N. 16.738; Inquisição de Lisboa. Idade: 30; natural: Faro Algarve, Portugal; morador: junto de Icatu, Maranhão; estado civil: casado; ocupação: homem do mar; crime: bigamia; sentença: açoite e degredo de cinco anos para a galés; auto da fé: 20.9.1761. (NOVINSKY, 2009, p. 66).

Consta no processo que Antônio Dias Mendes foi casado em Portugal com Maria Josefa (também aparece como Maria Nascimento nos autos do processo) e que o santo sacramento do matrimônio foi realizado aos trinta e hum dias do mês de julho de mil setecentos e quarenta e sete anos, na Igreja Matriz de São Pedro, cidade de Faro. Ao chegar à colônia, viria a contrair o seu segundo matrimônio, com Agueda Ferreira, na cidade de Icatu, sendo sentenciado a açoite (castigo físico que usa chicotes para machucar a pele do condenado) e a degredo de cinco anos nas galés (condenação a trabalho forçado), após ter respondido ao extenso processo em que foi acusado de bigamia, culminando com a sentença prolatada pela Inquisição de Lisboa.

Diante desse fato, podemos deduzir que o clima de vigilância era presente na vila de Santa Maria do Icatu, e que questões como essa, tão caras à doutrina católica, podiam não passar despercebidas pelos olhares dos mais graduados oficiais da Igreja Católica.

Outro aspecto a ser observado, ao se tratar o caso de Antônio Dias Mendes, era que naquela época devia ser comum que o homem viajasse sozinho, prometendo à sua família vir buscá-la ao conseguir a tão sonhada estabilidade financeira; no entanto, nem sempre isso ocorria, e o homem voltava a se casar, tornando-se bígamo, como no caso em apreço.

4 | RITOS DE ORIGEM AFRICANA

Já no tocante às religiões de matriz africana, sua presença é decorrente do fato de terem sido trazidos escravizados para trabalhar nas lavouras e engenhos de cana-de-açúcar da região. As populações de origem africana contribuíram na formação da nossa cultura, portanto, estão presentes até os dias atuais. Basicamente representados pela

prática dos rituais religiosos tais como o tambor de mina, dançado em diversas localidades, sob o comando dos pais e mães de santos daquele município. Quanto ao tambor de crioula, acompanha praticamente todas as festividades religiosas, sendo praticado quando se encerram os rituais católicos e tem início a parte profana dos festejos.

5 | ATIVIDADES ECONÔMICAS E COMERCIAIS

5.1 Criação e comercialização de animais

Apesar das poucas fontes disponíveis sobre as atividades econômicas nesse período, analisando os testamentos podemos verificar que a ocupação de terras com o estabelecimento de fazendas ao longo das margens do rio Munim propiciava a atividade agrícola e a criação de animais nessa região.

Na leitura dos testamentos que subsidiaram este trabalho, percebeu-se o registro de grandes quantidades de gados vacum e cavalar, definindo-se valor comercial para a venda, bem como dívidas contraídas na compra desses animais por parte dos testados; indicando ser esse um tipo de comércio praticado naquela época. Outros animais também foram citados e faziam parte das atividades criatórias, dos quais podemos citar as lontras e veados, cujos couros também eram beneficiados para fins de comercialização.

Podemos destacar que a produção resultante das atividades criatórias servia para abastecer o mercado interno e também para ser comercializada para outras regiões. Abaixo, destacamos alguns dos objetivos dessas atividades:

- Utilizar, na própria lavoura, visto que há registro sobre a presença de carros que, certamente, deveriam ser por tração animal, os chamados carro de boi, utilizados na movimentação da produção agrícola para os armazéns, onde ficava estocada durante a colheita, e também no processo de moagem da cana;
- Produzir alimentos para as pessoas que viviam nas fazendas, bem como nas localidades situadas nos seus arredores, pois tanto a carne seca quanto a carne verde (fresca) faziam parte do alimento daquela população;
- Comercializar esses animais entre fazendas da região e em outras localidades, pois verificamos em alguns desses testamentos a presença de dívidas resultantes da compra de gados vacum e cavalar;
- Produzir couros, podendo-se verificar o processamento desse produto retirado de outros animais, tais como a lontra e o veado, a exemplo do que foi observado de bens e dívidas do testado Jose Ferreyra da Cunha.

A presença de ferros de marcar dentre os objetos observados nos bens de alguns dos testados permite afirmar que esse era o meio utilizado pelos proprietários para identificar os seus animais, sendo que essa técnica perdura até os dias atuais.

Gaspar dos Reys, cuja origem já foi citada anteriormente, destaca-se como grande comerciante na venda de animais, conforme podemos verificar no excerto do seu testamento:

Declaro que vendi uma boiada ao sargento mor Joze Correa de Mesquita genro do capitão Thomaz Teyxeyra por preço de dois mil seiscentos reis cada boi, cujo compoto dirá o rol da porteira mas sempre sei que entregarão seiscentos e oitenta e tantos / bois / digo tantos, os quais declaro não eram todos meus, porque também eram alguns dos meus homens da fazenda, a cuja conta somente tenho recebido duzentos e tantos mil réis de que mui bem sabem os mesmos homens. (TESTAMENTO 1).

Diante do numeroso destaque aos gados e cavalos, era necessário, naquela região, a existência de amplos campos com pastagens a fim de permitir a criação desses animais.

5.2 Atividades agrícolas

A presença do machado entre as ferramentas dos testados conduz-nos a pensar sobre a necessidade de desbravar áreas com grande presença de vegetação, sendo necessário o seu desmatamento com a derrubada de árvores nessas imensas áreas, bem como capinagens a fim de preparar os roçados das propriedades rurais para o plantio dos produtos a serem cultivados.

As rodas de ralar mandiocas, presentes nos testamentos, permitem-nos afirmar que o plantio de mandioca era outro produto do roçado que, após sua colheita, seria encaminhado para o preparo da farinha, que se constituía um alimento básico consumido na época; e também da tiquira, uma aguardente fabricada a partir da mandioca, que abastecia o mercado da região e também era vendida nas praças de São Luís.

A farinha d'água ainda é produzida de forma artesanal nos dias atuais na região, como pudemos observar durante nossas andanças por uma área que outrora pertencia à vila de Santa Maria do Icatu, onde encontramos um povoado chamado Jaúma, que hoje faz parte do município de Axixá. Nessa localidade, foram observadas duas casas de produção de farinha em atividade, como podemos ver nas Fotografias 7 e 8, que ilustram alguns dos instrumentos utilizados durante o processo de produção da farinha, tais como o tipiti (uma prensa artesanal utilizada para extrair o líquido da mandioca) e a peneira (peça artesanal que elimina as frações grosseiras contidas nas massas, as chamadas crueiras).



Fotografia 7 - Tipiti – [jul./2020]

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).



Fotografia 8 - Peneira – [jul./2020]

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).

Não se pode desprezar os pequenos roçados, onde eram plantados grãos, frutas e legumes que iriam abastecer as mesas dos moradores dos sítios mantidos pelos grandes proprietários de terras, bem como da população que vivia na região.

5.3 Caça e pesca artesanais

Herdadas dos indígenas, a caça e a pesca eram atividades através das quais o povo da época supria as suas necessidades alimentares. Como vemos no estudo de Matthias Röhrig Assunção (2018, p. 191) “para a sua alimentação os caboclos matavam antas, caititus, capivaras, cotias, porcos-espinho, queixadas, tamanduás e tatus”.

Uma vez que a região da vila de Icatu se apresentava com vasta vegetação, era de se esperar que esses animais fizessem daquelas matas o seu *habitat* natural. Ainda hoje percebemos a atividade da caça sendo praticada por aquelas bandas, sendo o caititu, cotia, tatu, veado e paca animais mais comuns capturados pelos caçadores.

Quanto à atividade de pesca, é importante ressaltar que a localização geográfica da vila do Icatu, situada a 3km da foz do rio Munim, favoreceu a pesca artesanal tanto em água

doce quanto salgada, embora a última seja amplamente praticada em comparação com a primeira. Por meio de suas embarcações, seja a propulsão por meio da força dos braços humanos, aproveitando as favoráveis correntes da maré, ou mesmo as velas que utilizam os ventos como energia propulsora, os pescadores se lançavam nas águas em busca de alimentos para a sua subsistência e também para comercialização, sendo que os peixes mais comuns eram o cação, pescada, corvina, bagres, tainhas, dentre outros que ainda são pescados e comercializados até os dias atuais.

Observa-se, atualmente, a presença de currais ou camboas, uma técnica antiga utilizada na captura dos peixes, que funciona como uma armadilha formada por um cercado de estacas de madeira no qual os peixes ficam presos quando a maré começa a vazar, tornando-se presas fáceis para os pescadores. Os peixes destinados à comercialização eram salgados a fim de conservar o produto até o seu destino final.

5.4 Outros produtos

Observa-se, ainda, a produção de rapadura, mel, aguardente e algodão, cujas atividades também movimentavam a economia local e de outras regiões, sendo o transporte realizado por meio de comboios, como podemos ver no trecho apresentado do testamento de Francisco Tavares Coelho, morador da fazenda São João, situada na freguesia de Nossa Senhora da vila do Icatu:

Devesse mais pelos lugares de baixo outro comboio que dispôs o Capitão João Tavares de Mello, cujo faleceu vindo para acima aonde chama a Solitude e lá ficou as clarezas de comboio de aguardente, mel e rapaduras e se não de achar na mão do ferreiro Manoel da Costa ou de João Gonçalves Tertés, que lhe mandei entregar. (TESTAMENTO 2).

5.5 Atividades financeiras

Verificamos que entres os negócios de Gaspar dos Reys, destacam-se as atividades de criação e comercialização de gados vacum e cavalari, e a de financista, haja vista que consta no seu testamento menções a dívidas que tinham com ele, inclusive citando a palavra juros, levando-nos a pensar na prática da atividade usurária, conforme podemos destacar dois desses credores chamados de Cahetano Ferreira e de um fulano “Subril”(sic):

Declaro que nas Minas Gerais me deve Cahetano Ferreyra cinco mil cruzados em bom dinheiro ou juro deles o que melhor constar do seu crédito que deixei a um sobrinho do pega bem por nome Antonio da Sylva para cobrar e me remeter.// Declaro que também um fulano Subril que mora no Bicudo me deve dois mil e tantos cruzados, cujo crédito se acha na mão de Manoel Ribeyro da Cunha que é meu procurador. (TESTAMENTO 1).

5.6 Transações comerciais envolvendo escravos

Em uma época em que os escravos eram instrumento de trabalho, era comum serem

objeto de transações comerciais do tipo compra, venda, aluguel e empréstimos, a exemplo do fazendeiro Gaspar dos Reys, como podemos verificar no excerto do testamento:

Também meu amigo Raymundo da Siqueyra Pitta me deve duzentos e setenta e tantos mil réis, a saber duzentos e quarenta mil reis de uma cafuza que lhe vendi e o resto de uns trastes, que comprei para ele de que não tenho crédito, nem clareza alguma, mas do que a sua muita verdade; e por isso meus testamenteiros pelas contas que [corr.] estarão. (TESTAMENTO 1).

6 | TRANSPORTES

À época, o sistema de transporte era realizado utilizando a navegação por meio do rio Munim e de seus braços, além de estradas que, no período chuvoso, deviam ficar em condições precárias. Portanto, era nesse cenário de dificuldades que se realizava o transporte dos produtos cultivados nas terras do Monim, sendo que os senhores se utilizavam de carros de bois e embarcações. Temos os barcos que transportavam carregamentos de bois, a exemplo dos que saíam das fazendas de Francisco Tavares Coelho para serem negociados para o Parnauhu e para o Maranhão.

Esse sistema de transporte tinha um alto custo e dificultava a comercialização dos produtos excedentes para povoações locais e outras terras mais distantes. Foram encontrados instrumentos de montaria, tais como sela, freios e esporas, visto ser o cavalo um dos animais utilizados pelos fazendeiros e trabalhadores no deslocamento no meio rural, assim como no trânsito das mercadorias vendidas dentro das imediações da região.

Verifica-se, ainda, a presença de canoas dentre os bens testados; isso se justifica pelo fato de ser uma região cujas propriedades rurais e a própria cidade foram sendo desenvolvidas ao longo das margens do rio, portanto, esses tipos de embarcações eram meios de transporte utilizados por aquela população, inclusive na remessa de mercadorias para as regiões mais distantes.

Pode-se concluir que as atividades econômicas da sociedade que vivia na freguesia de Nossa Senhora da vila de Icatu, assim como nos seus arredores, região do Mony, não diferiam do restante da capitania do Maranhão, havendo, portanto, propriedades rurais que concentravam grandes extensões de terras, os meios de produção, transporte, mão de obra escrava, transações comerciais na mesma localidade e entre essas e outras, a exemplo de carregamentos destinados ao Pará. Os documentos analisados nos levam a afirmar que a elite local constituía-se de fazendeiros escravistas, com influência e poder de controle da política.

Como podemos ver, a estrutura social observada em Icatu não diferia muito do resto da capitania do Maranhão, como bem observa Mota (2006, p. 57):

Seria redundante rever a estrutura social existente, ela não difere em nada da realidade observada para outras regiões: isolamento, grandes propriedades pecuaristas, relações escravistas conjugadas a formas de dependência dos pequenos produtores. No contexto urbano, os grupos familiares são menores e mais autônomos. Grupos familiares rurais e urbanos têm características comuns: a miscigenação e a fuga do padrão europeu de família, embora evidente, através da leitura dos documentos, que os moradores tinham esse padrão de organização social incrustado em sua mentalidade, e fizeram sinceros esforços para que seus descendentes o seguissem.

Quando se fala em isolamento, certamente não está se tratando de maneira absoluta, mas em comparação com os moradores de vilas e cidades, na medida em que havia a necessidade de manter contatos necessários para a sobrevivência e o próprio desenvolvimento dos povoamentos.

7 | ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E MORADIAS

Tal como hoje, a vida nos idos dos Setecentos, na vila de Icatu, seguia a sua rotina, com seus habitantes buscando mantimentos junto aos comércios, interagindo nos espaços destinados aos cultos religiosos, as conversas ao entardecer às portas de casa ou à sombra de frondosas árvores. Dessa forma, a cidade se desenvolveu e a paisagem aos poucos foi se modificando pela ação do homem.

Antes mesmo de chegarmos às edificações em alvenaria, muito comuns nos dias atuais, as habitações no Maranhão colonial certamente seguiam um padrão de construção e simplicidade, não diferente das vilas e cidades brasileiras. Em virtude de Santa Maria do Icatu, no espaço temporal estudado, ser uma vila cujos habitantes, em sua maioria, eram pobres, as construções mais comuns deviam ser de taipa com telhado de sape, com espaços reduzidos e com vida útil curta.

Ao analisar as habitações no Campo de Goitacazes, a professora Sheila Carvalho nos revela construções perfeitamente de acordo com a realidade do Maranhão colonial:

Todas as casas eram “barreadas” ou de “taipa de mão”, um entrelaçado de tábuas ou ripas de madeira, que podiam ser serradas (aparelhadas) ou não (no caso, utilizando pedaços de madeira bruta), amarradas com cipó, cobertas com barro molhado e arrimadas por esteios de madeira mais nobre.

Retornando aos dias atuais, encontramos no povoado Jaúma uma casa que foi edificada em pau a pique, coberta por palhas de pindoba, mostrando que apesar dos séculos que se passaram, muitos dos habitantes ainda conservam a cultura de construir suas moradias com os recursos encontrados nas matas a sua volta, resultando em um tipo de moradia muito comum no período colonial, conforme mostra a Fotografia 9.



Fotografia 9 - Uma moradia edificada em pau a pique e coberta palhas de pindoba – [jul./2020]

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).

Nas Fotografias 10 e 11 a seguir, vemos imagens da rua Duque de Caxias, retratadas em duas épocas distintas, sendo a primeira ainda no século XX, provavelmente na sua primeira metade, enquanto que a segunda é bem atual. Podemos perceber um intenso processo de ocupação e urbanização da cidade, vemos ao fundo da primeira tomada fotográfica a vegetação bem presente e poucas casas edificadas nessa rua. A arquitetura colonial portuguesa ainda está presente, como pode ser visto nas várias janelas na fachada; já na segunda imagem, percebemos a presença de elementos da vida moderna, como a rede elétrica, torre de telefonia, rua pavimentada a asfalto, veículos e o aumento do número de construções.



Fotografia 10 - Rua Duque de Caxias –
[19--]

Fonte: IBGE (ano).



Fotografia 11 - Rua Duque de Caxias
[jul./2020]

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).

Ainda fazendo comparações de imagens em épocas distintas, vemos abaixo a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e à direita a antiga casa paroquial, ambas situadas na praça Eurico Gaspar Dutra. Na casa paroquial, percebemos a presença de elementos da arquitetura colonial portuguesa, tais como a grande quantidade de janelas, conforme citado anteriormente, bem como a sua forma de morada inteira, conforme demonstrado nas Fotografias 12 e 13, que demonstram a fachada dessa casa atualmente.

Percebe-se as intensas modificações produzidas pela ação do homem no crescente processo de urbanização e ocupação dos espaços públicos.



Fotografia 12 - Praça Presidente Dutra – [19--]

Fonte: IBGE (ano).



Fotografia 13 - Praça Presidente Dutra – [jul./2020]

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).

Portanto, ainda verificamos, na cidade, em pleno século XXI, edificações que resistiram ao tempo e preservam a sua arquitetura colonial, a exemplo do prédio que abrigava a casa paroquial e onde atualmente funciona a Secretaria Municipal de Educação. Vide Fotografia 14.



Fotografia 14 - Fachada da Secretaria Municipal de Educação – [jul./2020]

Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui realizado, acerca do cotidiano das famílias de uma localidade de grande valor histórico, em se tratando do período da colonização do Maranhão, apresentou uma sociedade que não diferia muito do restante do mundo colonial maranhense e brasileiro da época.

É sempre desafiador tentar reconstruir o passado de uma determinada localidade, e do seu povo; no entanto, a partir de buscas em escritos de historiadores, que deixaram registrados os seus estudos, buscas em documentos guardados nos arquivos públicos e bibliotecas, visitas a localidades cujo patrimônio material resistiu ao tempo, ao modo de viver e à cultura do povo, entre outras fontes, vão se somando e descortinando um horizonte que torna possível pensar como viviam aquelas pessoas nos tempos passados.

A formação de um povo e sua cultura material é resultante do que foi construído e deixado pelos que nos antecederam. Assim sendo, Icatu herdou do povo que iniciou a formação da cidade elementos que perduram até os dias atuais, tais como a forte presença da Igreja Católica; a presença das religiões de matrizes africanas; as atividades econômicas, com destaque para a pesca; a cultura material ainda presente, desde elementos da arquitetura, bem como instrumentos artesanais para a produção da farinha; enfim, o estudo mostrou que somos produto do labor e da engenharia social de pessoas que iniciaram o processo de ocupação e desenvolvimento econômico no século XVIII, onde efetivamente esse processo começou a ganhar destaque, com a implementação das reformas pombalinas.

Inevitavelmente, verificamos a forte presença de famílias senhoriais nesse processo de ocupação e desenvolvimento econômico da região, visto que os colonizadores eram, em parte, oriundos de outras localidades e da metrópole, aqui chegando em busca de riquezas e por aqui construíam a sua base familiar extensa, formada por laços sanguíneos, de parentesco ritual e de lealdades, acrescidos a essa configuração a população escrava utilizada nos serviços das lavouras e engenhos. Portanto, por meio dessas famílias, obteve-se fontes documentais do tipo testamentos e inventários, os quais relacionavam parentes, patrimônio, negócios, expressavam a fé, dando ao trabalho embasamento para a compreensão desse cotidiano.

Por outro lado, há uma carência de documentos no tocante à população despossuída de bens, então, a compreensão total daquela vila fica um pouco comprometida pela ausência desses registros.

Considerando-se a cor de pele, perceberemos a presença de um elevado índice de pretos que vieram do continente africano para o trabalho escravo nas lavouras e engenhos da vila, deixando marcas dessa cultura que permanecem até os dias atuais, principalmente em áreas quilombolas, nas quais ainda são preservadas manifestações religiosas e culturais, tais como o tambor de crioula e o tambor de mina, produzindo também uma sociedade que segregava os seus pretos dos eventos sociais dos brancos.

Certamente, a maioria da população que habitava a vila de Santa Maria do Icatu era formada por pessoas simples, despossuídas de riquezas materiais, com grandes dificuldades, tendo apenas o suficiente para a sua sobrevivência diária, em contraste com a classe que possuía as terras, os meios de produção, escravos e a força política para mudar os destinos de uma localidade.

O autor, buscando um fragmento de sua história familiar, mostra seus fortes vínculos com a vila de Santa Maria do Icatu do século XVIII. Dá-se destaque para um caso peculiar ocorrido na formação da família do autor desta pesquisa, que teve como patriarca o padre João Valeriano Cortes Maciel, que ao se relacionar com a costureira e boleira Alexandrina de Jesus Pereira, gerou quatro filhos e toda a descendência, alguns ainda presentes naquela cidade.

Assim sendo, este trabalho objetivou reconstruir o cotidiano da vila de Santa Maria do Icatu no século XVIII, mas seria muita pretensão ousar que ele esteja acabado, dadas as alegações citadas anteriormente, bem como pontos que deveriam ser explorados com mais profundidade, a exemplo da história do padre, apenas daremos uma pausa para que seja avaliado e, posteriormente, dado continuidade, preservando o nosso olhar, que foi formado utilizando as referências ao longo do curso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José. **Os jesuítas na Capitania de Icatu**. Imperatriz, MA: Ética, 2015.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO – APEM. **Patrimônio 1860-1865**. Caixa arquivo C 07. [n. d.].

ASSUNÇÃO. Mathias Röhring, **De Caboclos a Bem-te-vis: Formação do campesinato numa sociedade escravista, Maranhão (1800-1850)**. 2 ed. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2018.

BETTENDORF, João Felipe. **Crônicas da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 1. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (sécs. XVI e XVII). *In: Topoi. Revista de História*, n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 73.

HISTÓRIA DAS FAMÍLIAS E REGISTROS GENEALÓGICOS GRATUITOS. Disponível em: <https://www.familysearch.org/records/images/image-details?page=1&place=3055823&rmsId=TH-1-17069-61364-28&imageIndex=0>. Acesso em: 8 jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Icatu Maranhão-MA**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/icatu.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2016.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e seleta, 1970.

MOTA, Antonia da Silva. **As famílias principais: rede de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2012.

MOTA, Antonia da Silva. **Família e fortuna no Maranhão Colônia**. São Luís: EDUFMA, 2006.

MOTA, Antonia da Silva; SILVA, Kelcilene Rose; MANTOVANI, José Dervil. **Cripto Maranhenses e seu legado**. São Paulo: Siciliano, 2000.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

NOVINSKY. Anita Waingort. **Inquisição: Prisioneiros do Brasil, Séculos XVI a XIX**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PORTUGAL. **Arquivo Histórico Ultramarino**. Manuscritos avulsos relativos ao Maranhão.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, 1984.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. **Arquivo histórico**. Processos avulsos de inventários pos mortem. (Testamento 1: Joze Ferreyra da Cunha, 1766; testamento 2: Francisco Pereira, 1766; testamento 3: Francisco Tavares Coelho, 1759)

APÊNDICE A

Lista dos testamentos analisados

01 – Gaspar dos Reys - 16/09/1744

02 - Francisco Tavares Coelho – 06/02/1759

03 - Manoel Rodrigues Janella – 10/07/1764

04 - Joze Ferreyra da Cunha – 28/08/1766

05 – Francisco Pereira (Cap. Mor) – 08/11/1766

06 – Izabel de Castilho – 22/03/1771

SOBRE O AUTOR

FÁBIO SÉRGIO VIEGAS CASTRO – Graduado em Engenharia Elétrica (Universidade Federal do Maranhão - UFMA); Graduado em Gestão Pública e Empreendedora (Universidade Estadual do Maranhão - UEMA); Graduado em História Licenciatura (Universidade Federal do Maranhão - UFMA); Pós-Graduado (Lato Sensu) em Antropologia (Unyead Educacional S.A.). Atualmente Perito Criminal/Diretor do Instituto de Identificação do Estado do Maranhão. E-mail: fabiosergio.castro1@gmail.com.



O cotidiano das famílias na

*Vila de
Santa Maria
de Itatu*

no século XVIII



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



O cotidiano das famílias na

*Vila de
Santa Maria
de Itatu*

no século VXIII



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br